

MUDANÇA

Acits convida empresários para debater Reforma Tributária

>> Rosi Oliveira
Redação DS

A Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra promove na próxima quinta-feira, 10/11, às 8 h, uma reunião para a qual convida os empresários tangaraenses a participarem, pois a mesma tem por objetivo tratar de uma nova forma de arrecadação, prevista pelo Governo Estadual.

A minuta da nova Lei, foi apresentada na sexta-feira, dia 04, em reunião no Palácio Paiaguás com representantes do setor produtivo de Mato Grosso.

A mesma foi elaborada pela Fundação Getúlio Vargas. Segundo o presidente da Acits, Vander Masson, a reunião foi pensada como oportunidade para que os empresários apresentem alternativas, tirem dúvidas e notifiquem divergências. “Essa será uma oportunidade para que possamos fazer propostas ao novo regulamento, buscando saídas para que não aconteçam aumentos nas alíquotas. Pois se não fizermos nossos apontamentos, com certeza o governo entenderá que está tudo bem. (...) não podemos garantir que aos apontamentos serão acatados,

mas devemos tentar”, assegura Masson.

Segundo presidente, a minuta já foi enviada a todos os empresários para que a leiam e já tragam seus apontamentos para serem apresentados na reunião. “A minuta já foi enviada aos empresários, que devem fazer a leitura, juntamente com seus contadores, por causa dos termos empregados e na reunião juntamente, com todos faremos um documento com as considerações, que serão encaminhadas para a Facmat, na capital na sexta-feira, onde haverá outra reunião, onde essas pontuações serão



A minuta da nova Lei, foi apresentada na sexta-feira, dia 04, em reunião no Palácio Paiaguás

apresentadas”, informa Vander.

A reunião onde as propostas colhidas serão apresentadas acon-

tece na Fiemt e contará com a presença de sindicatos e federações, além da Sefaz.

Caso o empresário

não tenha recebido a minuta em seu e-mail, poderá acessá-lo através da página da Sefaz, no item de número 3.3.

MAIS 7 DIAS

Relatório da PELC recebe novo pedido de vistas no Legislativo

>> Paulo César Desidério
Redação DS

A Câmara Municipal de Vereadores de Tangará da Serra aprovou novo pedido de vistas do relatório da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que apura irregularidades no Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), firmado entre o Executivo Municipal e o Governo Federal para atender os distritos de Progresso, Joaquim do Boche e San Diego no período de 2013, até a presente data.

Após o pedido de vistas de 7 dias feito pelo vereador Fábio Brito (PSDB) na sessão anterior, desta vez, o presidente da comissão, Weliton Duarte (PT), foi quem fez o pedido junto aos demais parlamentares.

Quando os vereadores se preparavam para votar o relatório, um empecilho encontrado pelo Departamento Jurídico da Câmara



Pedido foi feito pelo vereador Weliton Duarte (PT)

teria motivado o pedido do vereador.

“No meu ver o requerimento seria aprovado e depois faria o projeto de resolução. Mas o projeto de resolução está pronto e já foi protocolado na Secretaria da Câmara”, afirmou Duarte, que deu a entender que na próxima semana, caso não ocorra novas ressalvas, o projeto finalmente será apreciado.

Na 39ª Sessão Ordinária, aprovou por unanimidade em segunda

discussão o programa ‘Adote uma nascente’, de autoria do Vereador Silvío Somavilla. Além deste, o projeto de lei Nº 166/2016, de autoria do Executivo Municipal, que designa área pública e autoriza o Poder Público Municipal a proceder a sua doação ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso, foi aprovado por unanimidade em discussão única.

Também foram aprovados os Projetos de Lei

Nº 161 e 6/2016, ambos de autoria do Executivo Municipal. O primeiro, abre crédito suplementar no valor de R\$1.249.300,00, destinados a custeio de despesas das Secretarias de Saúde e de Administração recebeu aprovação unânime e em discussão única. O segundo, institui o Código Tributário do Município de Tangará da Serra-MT também foi aprovado por unanimidade, em primeira discussão.

DÍVIDAS

Governo repassa R\$ 14 milhões para TJ; Janaina Riva critica

>> Olhar Direto

A deputada estadual Janaina Riva (PSD) criticou o fato de o governo estadual ter repassado R\$ 14 milhões para o Tribunal de Justiça como suplementação orçamentária por excesso de arrecadação. O recurso, repassado na última sexta-feira, 04, foi destinado para o pagamento de aposentadorias e pensões do Poder Judiciário.

Em sua página no Facebook, a parlamentar lembrou da falta de recursos na saúde, e pediu reflexão sobre as prioridades. “Enquanto os cinco principais hospitais filantrópicos de Mato Grosso, que correspondem a 80% do atendimento de alta complexidade realizado pelo estado, anunciaram paralisação nesta segunda-feira por falta de repasses do

governo estadual que há meses não paga pelo atendimento que essas unidades prestam à população”, disse a deputada. “Esse valor daria para quitar ao menos a dívida de 2 meses com a Santa Casa de Cuiabá e com o Hospital de Câncer e evitar assim que as unidades fechassem as portas!”

O governo estadual acumula dívidas com os outros poderes por não ter repassado parte dos duodécimos de julho e agosto para pagamento de pessoal do TJ, Ministério Público Estadual (MPE), Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado (TCE). A dívida chegou a R\$ 280 milhões, e o governador Pedro Taques (PSDB) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para pagar metade desse valor este ano, e metade em 2017.

PROTEÇÃO E TRANQUILIDADE
O MELHOR DESTINO PARA SUAS FÉRIAS

Sair de férias significa ir ao encontro da sua liberdade, aproveitar com a família o merecido descanso. Curta o seu tempo de folga com segurança e tranquilidade tendo ao seu lado a empresa de monitoramento eletrônico que, há mais de 30 verões, deixa você tranquilo e protegido, onde você estiver.

INVIOLÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO

[65] 3311.3311 • inviolavel.com